



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PAUTA DA 11ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**21/03/2024
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Flávio Arns

**Vice-Presidente: Senadora Professora Dorinha
Seabra**



Comissão de Educação e Cultura

**11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 21/03/2024.**

11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Instruir o PL 4168/2021, que “reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional”.	7

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns

VICE-PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra

(27 titulares e 27 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(PDT, MDB, UNIÃO)			
Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900	1 Ivete da Silveira(MDB)(3)(6)	SC 3303-2200
Rodrigo Cunha(PODEMOS)(3)	AL 3303-6083	2 Marcio Bittar(UNIÃO)(3)(6)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652
Efraim Filho(UNIÃO)(3)	PB 3303-5934 / 5931	3 Soraya Thronicke(PODEMOS)(3)(6)	MS 3303-1775
Marcelo Castro(MDB)(3)	PI 3303-6130 / 4078	4 Alessandro Vieira(MDB)(3)(6)(7)(8)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(3)	PB 3303-2252 / 2481	5 Leila Barros(PDT)(3)	DF 3303-6427
Confúcio Moura(MDB)(3)	RO 3303-2470 / 2163	6 Plínio Valério(PSDB)(3)	AM 3303-2898 / 2800
Carlos Viana(PODEMOS)(3)	MG 3303-3100 / 3116	7 VAGO(16)	
Styvenson Valentim(PODEMOS)(3)	RN 3303-1148	8 VAGO	
Cid Gomes(PSB)(3)	CE 3303-6460 / 6399	9 VAGO	
Izalci Lucas(PSDB)(3)	DF 3303-6049 / 6050	10 VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PT, PSD)			
Jussara Lima(PSD)(2)	PI 3303-5800	1 Irajá(PSD)(2)	TO 3303-6469 / 6474
Zenaide Maia(PSD)(2)	RN 3303-2371 / 2372 / 2358	2 Lucas Barreto(PSD)(2)	AP 3303-4851
Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768	3 VAGO(2)(14)	
Vanderlan Cardoso(PSD)(2)	GO 3303-2092 / 2099	4 Daniella Ribeiro(PSD)(2)	PB 3303-6788 / 6790
VAGO		5 Sérgio Petecão(PSD)(2)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Augusta Brito(PT)(2)	CE 3303-5940	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054 / 6743
Paulo Paim(PT)(2)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230 / 5235	7 Jaques Wagner(PT)(2)	BA 3303-6390 / 6391
Teresa Leitão(PT)(2)	PE 3303-2423	8 Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286
Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301	9 VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Wellington Fagundes(PL)(17)(1)(11)(21)(20)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6209 / 6213 / 3775	1 Eduardo Gomes(PL)(1)(11)	TO 3303-6349 / 6352
Carlos Portinho(PL)(1)(11)	RJ 3303-6640 / 6613	2 Zequinha Marinho(PODEMOS)(1)(11)	PA 3303-6623
Magno Malta(PL)(1)(11)	ES 3303-6370	3 Rogerio Marinho(PL)(1)(11)	RN 3303-1826
Astronauta Marcos Pontes(PL)(1)(11)	SP 3303-1177 / 1797	4 Wilder Moraes(PL)(12)	GO 3303-6440
Jaime Bagattoli(PL)(23)(18)(19)(22)	RO 3303-2714	5 Marcos Rogério(PL)(18)(19)	RO 3303-6148
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Romário(PL)(1)(5)(10)	RJ 3303-6519 / 6517	1 Esperidião Amin(PP)(1)(5)(10)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454
Laércio Oliveira(PP)(1)(10)	SE 3303-1763 / 1764	2 Dr. Hiran(PP)(1)(10)	RR 3303-6251
Damare Alves(REPUBLICANOS)(1)(10)	DF 3303-3265	3 Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(1)(10)	RS 3303-1837

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damare Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- (5) Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- (7) Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- (8) Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- (9) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP).
- (10) Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damare Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP).
- (11) Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- (12) Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).
- (13) 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.
- (14) Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
- (15) Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).

- (16) Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
- (17) Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG).
- (18) Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB).
- (19) Em 24.10.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular e o Senador Marcos Rogério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 154/2023-BLVANG).
- (20) Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
- (21) Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 171/2023-BLVANG).
- (22) Em 29.11.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 183/2023-BLVANG).
- (23) Em 26.02.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 005/2024-BLVANG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): ANDRÉIA MANO DA SILVA TAVARES
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3498
FAX:

ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA PLENÁRIO 15
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3498
E-MAIL: ce@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 21 de março de 2024
(quinta-feira)
às 10h

PAUTA

11ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

Retificações:

1. Confirmação de convidado. (20/03/2024 14:59)
2. Confirmação de convidado. (20/03/2024 20:10)
3. Alteração no cargo do convidado. (21/03/2024 07:00)
4. Alteração de cargo (21/03/2024 08:35)
5. . (21/03/2024 09:36)
6. . (21/03/2024 10:23)

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Instruir o PL 4168/2021, que “reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional”.

Observações:

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da ouvidoria 0800 061 22 11.

Requerimento de realização de audiência:

- [REQ 95/2023 - CE](#), Senadora Damares Alves

Reunião destinada a instruir a seguinte matéria:

- [PL 4168/2021](#), Câmara dos Deputados

Convidados:

Dr. Ives Gandra Martins

Jurista, advogado e professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie
Videoconferência Confirmada

Sr. Thiago Rafael Vieira

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR)
Videoconferência Confirmada

Padre Luciano da Silva Roberto

Assessor do Setor Cultura e do Setor Bens Culturais da Comissão Episcopal para Cultura e Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
Videoconferência Confirmada

Sra. Edna V. Zilli

Presidente da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (ANAJURE)
Presença Confirmada

Pastor Douglas Baptista

Presidente do Conselho de Educação e Cultura da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB)
Presença Confirmada

Sr. Vinicius Carvalho

Deputado Federal (SP)
Ausência Confirmada



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PL nº 4168, de 2021, que “reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional”.

Para tanto, indico como participantes as seguintes personalidades:

- Representante do Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR);
- Dr. Ives Gandra Martins;
- Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB);
- Representante da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (ANAJURE);
- Representante da Convenção-Geral das Igrejas Assembleias de Deus no Brasil (CGADB);
- Deputado Vinicius Carvalho, autor do projeto de lei.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei nº 4168/2021 é de autoria do Deputado Vinicius Carvalho, REPUBLICANOS/SP, proposto em 24 de novembro de 2021, na Câmara dos Deputados, o qual pretende reconhecer o Cristianismo como manifestação cultural. *In verbis*:

Art. 1º Fica reconhecido o Cristianismo como manifestação cultural.

Inicialmente, é importante destacar que após realizamos inúmeras consultas realizadas as lideranças religiosa de influência nacional e internacional sobre o tema proposto no Projeto de Lei, chegamos à conclusão que inexistente um consenso sobre o tema proposto. Vejamos algumas manifestações[1]

“Jamais se pode igualar Jesus Cristo com manifestações culturais a exemplo do saci-pererê, da mula sem cabeça e do bumba meu boi”.

“Ao colocar o cristianismo no patamar de manifestação cultural, diminui-se a importância de Nosso Senhor Jesus Cristo, que para nós cristãos é o Rei de Reis e Senhor de Senhores. Jesus é Deus. Segunda pessoa da Trindade Divina (Pai, Filho e Espírito Santo)”

“Ao colocar o cristianismo no patamar de manifestação cultural, corremos o risco, pela via oblíqua, de se impor tributos em nossos cultos, que tem hinos, pregação, participação de cantores e pregadores, filmagem, fotografia, congressos, encontros, seminários, liturgia, e outras participações individuais e coletivas, próprias do exercício do culto e da crença, seja no templo ou fora dele”.

“Não se pode equiparar as coisas sacras com manifestação cultural”.

“Qualquer projeto de lei que coloca em risco a proteção Constitucional da imunidade tributária, no incomparável patamar de Cláusula Pétrea da Carta Política, deve ser imediatamente rechaçada”.

“O Estado brasileiro não pode subvencionar nem manter, as despesas do erário público, o culto e a sua liturgia, seja em que âmbito for, no templo ou fora dele”.

“Imagine o ECAD e outras entidades arrecadadoras similares, ou leis de incentivos à cultura, leis de incentivos fiscais, etc., atribuindo valores a cada uma destas manifestações, como sendo cultural. Ainda mais quando cada um destes valores são tributáveis”.

“Outro perigo enorme desse projeto de lei é que ele chancela a narrativa da "diversidade religiosa" versos a "liberdade religiosa". Se nós somos uma manifestação cultural - mutatis mutandis - não podemos manifestar discordância a cultura do outro, pois isso seria, por si só, discurso de ódio”.

“Proposta perigosa esta mudança do teor religioso para um teor cultural. É uma faca de dois gumes, pois a religião é protegida, como um direito humano. Mas a cultura fica a critério do Estado”.

“Este projeto de lei é um equívoco. Não merece prosperar”.

Em virtude dessas manifestações, cabe realizarmos uma análise técnica mais aprofundada para apresentarmos sobre o tema para construirmos um posicionamento que venha a subsidiar a decisão sobre a viabilidade do projeto Legislativo ou mesmo pela sua substituição.

1. DEFINIÇÃO DE CULTURA

O conceito de cultura é extremamente complexo e impossível de ser fixado de modo único. Portanto podemos afirmar que existem várias acepções com diferentes enfoques no campo da antropologia, sociologia e filosofia. Esta complexidade ficou evidente e comprovada pelo estudo aprofundado de Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn os quais encontraram, pelo menos, 167 definições diferentes para o termo "cultura".[2]

Em uma análise semântica, podemos afirmar, que o termo cultura, vem do vocábulo latino cultura, oriundo do verbo *colere* (que é cultivar, em sentido concreto de cultivar os campos). Recentemente, vem adquirindo outra acepção, aplicada à própria pessoa humana, no sentido de significar o trabalho ou o cultivo de si mesmo no âmbito espiritual, especialmente no campo das letras e do saber.[3]

Para o antropólogo Clifford Geertz[4], cultura é definida como sendo um *"padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação a vida."*

Ralph Linton[5] afirma que Cultura *“significa a herança social e total da Humanidade; como termo específico, uma cultura significa determinada variante da herança social. Assim, cultura, como um todo, compõe-se de grande número de culturas, cada uma das quais é característica de um certo grupo de indivíduos”.*

Do ponto de vista sociológico segundo Edward B. Tylor[6], a “cultura é um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais artificiais aprendidos de geração em geração por meio da vida em sociedade”. Para Tylor o Chimpanzé é um primata que possui cultura.

*Numa análise filosófica a “cultura é um conjunto de respostas para melhor satisfazer as necessidades e os desejos humanos. Cultura é informação, isto é, um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que se aprende e transmite aos contemporâneos e aos vindouros. O homem não só recebe a cultura dos seus antepassados como também **cria elementos que a renovam**”.[7] (grifo nosso)*

Neste sentido, para Rossano Carvalho Nunes[8], “a **cultura é dinâmica, desenvolvida historicamente. Como mecanismo adaptativo e cumulativo, a cultura sofre mudanças.** Traços se perdem, outros se adicionam, em velocidades distintas nas diferentes sociedades. (grifo nosso)

Em uma breve ressunta, podemos extrair das definições e conceitos ora expostos, que apesar da complexidade do termo cultura, a maior corrente possui o entendimento que ela é transmitida historicamente, determinada por variantes da herança social e caracterizada pelo grupo social em que o indivíduo está inserido. Podendo ainda ser apresentadas por símbolos e práticas sociais artificiais aprendidos de geração em geração.

Neste sentido, a cultura poderia ser entendida como um conjunto de respostas para melhor satisfazer as necessidades e os desejos humanos, a qual é recebida por seus antepassados e renovada com o passar do tempo. Sendo dinâmica, desenvolvida historicamente e passível de sofrer mudanças.

1. CONCEITO DE RELIGIÃO

Primeiramente devemos ressaltar que o Cristianismo é uma religião, e como tal, não deve e não pode ser reduzido a uma manifestação cultural. O conceito de religião está associado às crenças e práticas que buscam dar significado à existência e à vida do homem, na esfera divina e sobrenatural, portanto, transcende os aspectos culturais.

Nesse contexto, para Thiago Rafael Vieira[9], o conceito de religião, de religar-se com o divino, ampara-se num corpo de doutrinas morais, espirituais e litúrgicas, ou seja, no tripé divindade, moralidade e culto. Portanto, esses elementos, ao mesmo tempo que ultrapassam a esfera do controle do Estado, devem por ele ser protegidos como direito humano fundamental, daí decorre o princípio do estado laico, que separa a religião da autoridade civil, e a liberdade de culto estarem garantidos no nosso texto constitucional.

Assim, o Cristianismo é uma religião que contém elementos que não podem ser reduzidos e muito menos mitigados a fatores culturais, de modo que apenas o reflexo do exercício público e de sua influência podem ser considerados como manifestação cultural.

Outrossim, vale lembrar que nem toda manifestação cultural encontra amparo no arcabouço jurídico brasileiro. Basta lembrar, por exemplo, das manifestações culturais envolvendo maus tratos a animais, como a farra do boi, a rinha ou briga de galo, a vaquejada e o rodeio[10].

A farra do boi e a vaquejada, aliás, foram consideradas inconstitucionais e intrinsecamente cruéis pelo Supremo Tribunal Federal, que as proibiu, mesmo sendo elas declaradas e reconhecidas como manifestações culturais. As referidas decisões do STF serviram de referência para todo o país e o tema acabou sendo amplamente debatido no Congresso Nacional, resultando em leis que conferem maior proteção aos animais, a exemplo da Lei nº 13.364, de 2016, que acabaram por limitar, de alguma forma, aquelas então reconhecidas manifestações culturais.

Diferentemente da cultura, a religião está relacionada ao conjunto de crenças e práticas que buscam dar sentido a existência e a vida do homem, a partir da vontade do divino e do sobrenatural. Nesse sentido religião advém do latim *religere*, que significa se revincular a Deus, de quem estávamos separados, ou *reeligere*, religar-se, tornar a escolher Deus, ou, por fim, *relinquere*, que tem por significado revelar a tradição dos antepassados.[11]

O Direito reconhece que na religião há elementos que ultrapassam a esfera daquilo que pode ser controlado pela autoridade secular. Isso está na base do conceito de Estado laico, nos termos do artigo 19, inciso I, da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a liberdade religiosa e o caráter laico do Estado, *vedando à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.*

Dessa forma, para a legislação pátria existe uma clara separação da religião para o Estado e sua autoridade civil. O que não impede a possibilidade de cooperação em obras sociais de interesse público entre a Igreja e o Estado. É de bom alvitre ressaltar que a eventual parceria para atender a interesse público não anula a laicidade, e nem se traduz em intromissão de uma instituição sobre a outra.

Essa permissão de parceria reforça a ideia de que as igrejas podem atuar na vida pública, oferecendo cooperação de natureza educacional, entre outras colaborações, sem que se comprometa a laicidade do Estado. O que para Martins Bastos[12] a cooperação “*é aquela em que a igreja supre atividades que estariam no âmbito do Estado praticar, agindo, pois, como sua longa manus*”.

Outrossim, a laicidade deve ser compreendida, no seu verdadeiro conceito, como autonomia entre a política e a religião, e também como elemento de neutralidade que permite a manifestação das diversas opiniões, seja de religiosos, agnósticos, ateus, ou de quaisquer outras correntes políticas ou doutrinárias, desde que nenhuma opinião formulada por alguma das correntes de pensamento tenha caráter vinculativo.

1. RISCOS DA CULTURALIZAÇÃO DO CRISTIANISMO

A proposta de culturalização do Cristianismo pode parecer uma proposta inofensiva e vantajosa para as instituições religiosas e de promoção das suas práticas, expressões e manifestações religiosas. Porém, a proposta é temerária

e pode colocar em risco a liberdade de religião no Brasil pelas razões que passamos a apresentar.

1. Poder Regulatório do Estado Sobre às Práticas Culturais

É sobremodo importante assinalar que diferentemente da cultura, onde o Estado possui poder normativo e regulatório, a religião não é regulada pelo Estado. Entretanto, quando se trata da cultura, o Estado tem poder regulamentador como podemos observar na fala de Botelho (2001, p. 77)[13], especialmente em razão da possibilidade do recebimento de recursos públicos (ex: renúncia fiscal), o que obriga o Estado a atuar como regulador.

“[...] hoje, o financiamento a projetos assumiu o primeiro plano do debate, empanando a discussão sobre as políticas culturais. Render-se a isso significa aceitar uma inversão no mínimo empobrecedora: o financiamento da cultura não pode ser analisado independentemente das políticas culturais. São elas que devem determinar as formas mais adequadas para serem atingidos os objetivos almejados, ou seja, o financiamento é determinado pela política e não o contrário. Mesmo quando se transferem responsabilidades para o setor privado, isso não exclui o **papel regulador do Estado, uma vez que se está tratandode renúncia fiscal e, portanto, de recursos públicos**”. (grifo nosso)

Marilena Chauí[14] trata da cultura política e da política cultural focando considerações acerca da cidadania cultural no contexto da cidade de São Paulo, que segue o ritmo da lógica de mercado. Observe seu posicionamento:

Eis por que justifica-se plenamente o envolvimento do Estado nas políticas que viabilizem a referida forma de cidadania nas quais se divorciem do autoritarismo social, calcado, fortemente, nas máquinas mitológica e ideológica pelas quais inviabilizam projetos políticos democráticos”.

Neste viés do poder do Estado, a Constituição vigente, expressamente estabelece a competência concorrente da União, dos Estados-membros e do Distrito Federal para legislar sobre o patrimônio cultural, e sobre a responsabilidade por danos causados a bens e direitos de valor artístico, estético,

histórico, turístico e paisagístico (MARCHESAN; STEIGLEDER; CAPELLI, 2007, p. 94).
[15]

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; V proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas [...]”

A proposta do reconhecimento do Cristianismo como manifestação cultural, abriria portas para a interferência do Estado nas igrejas e em suas manifestações religiosas, as quais poderiam ser consideradas como manifestações culturais.

Desta forma, a definição estrita da religião como manifestação cultural, é reducionista, não só do ponto de vista sociológico e da ciência da religião, mas também no próprio âmbito jurídico, e no fato de que, o Direito reconhece não poder determiná-la como mera expressão cultural; pois a religião parte do íntimo do indivíduo, e vem a desaguar em externalização comunitária, sem jamais deixar de perder sua essência transcendental.

1. Normas Reguladoras da Cultura

O arcabouço legislativo[16] relacionado à cultura é extenso e diversificado. Conforme determina o artigo 24, incisos VII e IX, da Constituição Federal, a competência é concorrente para regulamentar o tema da cultura, podendo a União, os Estados e ao Distrito Federal o poder de legislar sobre o tema.

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

Para termos uma superficial noção da grandiosidade do arcabouço jurídico sobre o tema, apresentamos algumas normativas de competência da União para regulamentar o tema:

- **Constituição da República Federativa do Brasil** – art. 4º, 23, 24, 30, 210, 215, 216, 216-A, 219, 221, 225, 227, 231, 242.
- **Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1966** - Transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências.
- **Lei nº 5.579, de 15 de maio de 1970** - Institui o “Dia da Cultura e da Ciência”, e dá outras providências.
- **Lei nº 6.312, de 16 de dezembro de 1975** - Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Arte e dá outras Providências.
- **Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979** - Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Joaquim Nabuco e dá outras providências.

- **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010** - Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e dá outras providências.
- **Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012** - Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.
- **Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013** - Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.
- **Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014** - Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.
- **Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc)** - Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
- **Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo)** - Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC).

- **Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022 (Lei Aldir Blanc 2)** - Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
- **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet)** - Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras Providências.
- **Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual)** - Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.
- **Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 (Lei da ANCINE)** - Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema (Ancine), institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional (Prodecine), autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines), altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.
- **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de Novembro de 1937 (Lei do Patrimônio Cultural)** - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961** - Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
- **Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965** - Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no País, até o fim do período monárquico.
- **Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975** - Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
- **Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990** - Dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e da Biblioteca Nacional.

- **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000** - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
- **Lei nº 10.413, de 12 de março de 2002** - Determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.
- **Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016** - Reconhece o rodeio, a vaquejada e o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestações culturais nacionais; eleva essas atividades à condição de bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro; e dispõe sobre as modalidades esportivas.
- **Lei nº 5.805, de 3 de outubro de 1972** - Estabelece normas destinadas a preservar a autenticidade das obras literárias caídas em domínio público.
- **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei dos Direitos Autorais)** - Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
- **Lei nº 12.840, de 9 de julho de 2013** - Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.
- **Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019** - Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis nos 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências.
- **Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Paris, 1972)** - Aprovada Pelo Decreto Legislativo nº 74 de 1977 e Promulgada pelo Decreto nº 80.978, de 12/12/1977.

- **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Paris, 2003)** - Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 22 de 2006 e promulgada pelo Decreto nº 5.753, de 12/4/2006.

Portanto, concluímos que estando o Cristianismo equiparado a manifestação cultural, em tese, também estaria sob a égide das Leis reguladoras das atividades culturais.

1. Poder Regulatório do Estado Sobre às Práticas Culturais

É sobremodo importante assinalar que diferentemente da cultura, onde o Estado possui poder normativo e regulatório, a religião não é regulada pelo Estado. Entretanto, quando se trata da cultura, o Estado tem poder regulamentador como podemos observar na fala de Botelho (2001, p. 77)[17], especialmente em razão da possibilidade do recebimento de recursos públicos (ex: renúncia fiscal), o que obriga o Estado a atuar como regulador.

“[...] hoje, o financiamento a projetos assumiu o primeiro plano do debate, empanando a discussão sobre as políticas culturais. Render-se a isso significa aceitar uma inversão no mínimo empobrecedora: o financiamento da cultura não pode ser analisado independentemente das políticas culturais. São elas que devem determinar as formas mais adequadas para serem atingidos os objetivos almejados, ou seja, o financiamento é determinado pela política e não o contrário. Mesmo quando se transferem responsabilidades para o setor privado, isso não exclui o **papel regulador do Estado, uma vez que se está tratandode** renúncia fiscal e, portanto, **de recursos públicos**”. (grifo nosso)

Marilena Chauí[18] trata da cultura política e da política cultural focando considerações acerca da cidadania cultural no contexto da cidade de São Paulo, que segue o ritmo da lógica de mercado. Observe seu posicionamento:

Eis por que justifica-se plenamente o envolvimento do Estado nas políticas que viabilizem a referida forma de cidadania nas quais se divorciem do autoritarismo social, calcado, fortemente, nas máquinas mitológica e ideológica pelas quais inviabilizam projetos políticos democráticos”.

Neste viés do poder do Estado, a Constituição vigente, expressamente estabelece a competência concorrente da União, dos Estados-membros e do Distrito Federal para legislar sobre o patrimônio cultural, e sobre a responsabilidade por danos causados a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (MARCHESAN; STEIGLEDER; CAPELLI, 2007, p. 94). [19]

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; V proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas [...]”

A proposta do reconhecimento do Cristianismo como manifestação cultural, abriria portas para a interferência do Estado nas igrejas e em suas manifestações religiosas, as quais poderiam ser consideradas como manifestações culturais.

Desta forma, a definição estrita da religião como manifestação cultural, é reducionista, não só do ponto de vista sociológico e da ciência da religião, mas também no próprio âmbito jurídico, e no fato de que, o Direito reconhece não poder determiná-la como mera expressão cultural; pois a religião parte do íntimo do indivíduo, e vem a desaguar em externalização comunitária, sem jamais deixar de perder sua essência transcendental.

1. Do Direito a Liberdade de Crença

Ainda neste viés, sabemos que estes direitos já são amplamente garantido no artigo 5º, inciso VI, da Constituição Federal, o qual assevera que *é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.*

A mesma proteção é assegurada no artigo 44 do Código Civil quando em seu parágrafo 1º determina que *são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.*

Neste sentido, fica claro a proteção das igrejas (organizações religiosas) contra qualquer arbitrariedade, intervenção ou ingerência do Estado no funcionamento e manifestações oriundas das organizações cristãs ou de qualquer outro seguimento religioso.

Em outra análise, temos a Lei nº 12.590, de 9 de janeiro de 2012, que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet – para reconhecer a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural, o que já supre o anseio para a garantia e valorização da questão cultural cristã, sem que o Estado possa interferir na liberdade das igrejas e instituições religiosas.

Art. 31-A. Para os efeitos desta Lei, ficam **reconhecidos como manifestação cultural a música gospel e os eventos a ela relacionados**, exceto aqueles promovidos por igrejas. (Incluída pela Lei nº 12.590, de 2011) (grifo nosso)

1. Do Patrimônio Imaterial

O patrimônio cultura imaterial está relacionada com os elementos espirituais ou abstratos, por exemplo, os saberes e os modos de fazer, podendo estar associada aos hábitos, comportamentos e costumes de determinado grupo social, representante elementos intangíveis de uma cultura.

Em 1972 ocorreu em Paris, França, a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”[20]. O evento alertou para a importância do tema, bem como da salvaguarda do patrimônio mundial, definindo o segundo conceito:

“Entende-se por “**património cultural imaterial**” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados

– que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana.” (Artigo 2.º: Definições)

A Constituição Federal em seu artigo 216, determina que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, especificando em seu inciso I, o qual incluem as formas de expressões como parte deste patrimônio imaterial.

Art. 216. Constituem **patrimônio**cultural brasileiro os bens de natureza material e **imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as **formas de expressão**;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Outrossim, o Estado possui a prerrogativa legal para punir qualquer dano ou ameaças ao patrimônio cultural, o que nos leva a concluir que as igrejas e organizações religiosas que possuem como prática o cristianismo poderá ser punido caso supostamente haja danos e ameaças ao patrimônio cultural. *In verbis*:

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Neste sentido, reconhecendo o cristianismo como manifestação cultural, o cristianismo e suas práticas passam a compor o patrimônio cultural imaterial, o qual é regulamentado pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, portanto, sob a coordenação do Ministério da Cultura, órgão superior sobre a temática.

1. Da Racialização do Cristianismo

Outrossim, temos o problema que ao reconhecermos o cristianismo como cultura, estamos incorrendo no risco de aproximarmos os cristãos a categoria de raça. O que não é aceito pela grande maioria dos cristãos e até a UNESCO em sua Declaração da Unesco sobre as diferenças raciais afirma: "Os muçulmanos, os judeus não formam uma raça, assim como os católicos ou os protestantes...".

Outro grupo que não aceita esta classificação são os judeus. Vejamos a afirmação do Moacyr Scliar, do livro *A Condição Judaica*: "Os judeus não são raça. Judeu é todo aquele que aceita a fé judaica". "O que quer que sejamos, nós, os judeus, não somos uma raça".

Eles dizem que a definição de judeu como raça "encontra sempre o veemente repúdio de toda a comunidade judaica, tanto pelos antropólogos judeus, pelos rabinos e pela sua intelectualidade". Foi o ditador Adolf Hitler, na obra "Mein Kampf", quem pretendeu impor o caráter racial dos judeus, afirmam.

Trechos da obra do antropólogo Miguel Asheri, residente em Israel, também são citados para reforçar a tese:

"São os judeus uma raça, um grupo religioso, um grupo lingüístico, uma nacionalidade, ou o que? Raça não são: existem judeus louros e de olhos azuis, judeus negros, judeus morenos, judeus amarelos e de todos os tons que se possa imaginar entre estas cores. Os judeus são um povo, assim como, por exemplo, os

armênios são um povo. Os irlandeses, uma mistura de muitas raças, duas línguas e duas religiões, são um povo".

Portanto, existe um claro risco de ao culturalizarmos o cristianismo, também poderemos incorrer na racialização do cristianismo e assim corremos o risco de sofrermos perseguições e discriminações tais como sofridas pelo judaísmo em tempo não tão remotos.

1. Do Controle Social

Outro ponto crítico é a sujeição do Cristianismo em relação as normativas reguladoras as quais apresentamos no item 2.3. quando apresentamos o extenso arcabouço normativo relacionado a cultura. Entre estas normativas citadas, destaco o inciso XII, do artigo 1º, Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. *In Verbis:*

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Cultura (PNC), em conformidade com o disposto no § 3º do art. 215 da Constituição Federal, na forma do Anexo desta Lei, com duração de 14 (quatorze) anos, regido pelos seguintes princípios:

XII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais. (grifo nosso)

Em caso sendo aprovado o PL nº 4168/2021, em tese as **igrejas e organizações religiosas estariam sujeitas ao controle social executado por órgãos como Conselhos de Políticas Públicas** ligados a cultura, por exemplo:

Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais da Cultura, ou até por Organizações Sociais – Osc's, visto que possuem competência constitucional de controle social (CF. art. 204).

Por fim, a própria Bíblia assim nos diz: "**Significa que Deus não muda jamais, ou seja, tanto Seu ser como Suas perfeições não sofrem qualquer alteração, e Ele não muda, de forma alguma, os Seus propósitos e promessas**". (Tiago 1:17).

1. CONCLUSÃO

Por todo exposto, identifica-se que há correntes que defendem que apesar de ser inegável a produção de reflexos culturais, influência e muitas vezes até na formação da cultura, o Cristianismo não se enquadra no conceito de cultura, isto é o Cristianismo não é cultura, mas sim religião, pois existe a subjunção de seus elementos divindade, moralidade e culto e, como religião carece de proteção dos plexos de direitos vertidos na liberdade religiosa e liberdade de crença.

Nesse sentido, percebe-se que existem entendimentos que o cristianismo somente pode ser considerado uma manifestação cultural se assim entendermos como reflexo e influência de seu exercício público, pois a cultura não é o objetivo da religião cristã, que busca a ligação do homem com Deus, em sua esfera íntima e pública, a fim de alcançar a transcendência com o divino.

Portanto, há dúvidas da possibilidade do reconhecimento do Cristianismo como manifestação cultural, pois o Cristianismo é uma religião que carrega elementos que não pode ser reduzido, e muito menos mitigados a fatores culturais. Do ponto de vista da cultura, apenas o reflexo do exercício público e a influência do Cristianismo podem ser considerados manifestação cultural.

[1] Afirmações proferidas por lideranças religiosas de influência nacional e internacional.

[2] Kroeber, A. L. and C. Kluckhohn, 1952. Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions.

[3] GAMA, José. Notas para uma filosofia da cultura.

Revista brasileira de filosofia, São Paulo, v. 36, n. 146, p.

172-178, abr./jun. 1987.

[4] Geertz, Clifford (1989). A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC. 4 páginas

[5] Ralph Linton. O Homem, uma introdução à Antropologia, São Paulo, 1943

Leslie White, O conceito de cultura (1957)

[6] A Whiten; "Social learning in apes"; Encyclopedia of Animal Behaviour; M Breed, J Moore (ed); Elsevier Academic Press

[7] Leslie White, O conceito de cultura (1957)

[8] Nunes, Rossano Carvalho. «Cultura | IGVP». Consultado em 29 de janeiro de 2020

[9] VIEIRA, Thiago Rafael. A importante distinção das liberdades de crença religiosa e a efetividade de seus âmbitos de proteção na laicidade colaborativa brasileira. Machenzie, 2011, p.45. Disponível em:

<https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/30585>

[10] Justificativa proposta pelo Senador Magno Malta na Emenda nº 1 ao PL nº 4.168, de 2021.

[11] GARCIA, Maria da Glória Ferreira Pinto Dias. Liberdade de consciência e liberdade religiosa, in Direito e Justiça, Vol. XI, Tomo II, 1997, p. 79.

[12] BASTOS; MARTINS, 2000, vol.3, t.I, p. 42

[13] BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001.

[14] CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural - o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

[15] MARCHESAN, Ana Maria Moreira; STEIGLEDER, Annelise Monteiro; CAPELLI, Sílvia. Direito ambiental. 4 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

[16] <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/05/legislacao-sobre-cultura-proname.pdf>

[17] BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001.

[18] CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural - o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

[19] MARCHESAN, Ana Maria Moreira; STEIGLEDER, Annelise Monteiro; CAPELLI, Sílvia. Direito ambiental. 4 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

[20] <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao1972%20-%20br.pdf>

Sala da Comissão, 28 de agosto de 2023.

Senadora Damares Alves



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4168, DE 2021

Reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2111333&filename=PL-4168-2021



[Página da matéria](#)



Reconhece o cristianismo como
manifestação cultural nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica reconhecido o cristianismo como
manifestação cultural nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 7 de novembro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente



Of. nº 560/2022/SGM-P

Brasília, 7 de novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.168, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional”.

Atenciosamente,



ARTHUR LIRA

Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 93664 - 2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei nº 4.168, de 2021, do Deputado Vinicius Carvalho, que *reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional*.

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei (PL) nº 4.168, de 2021, do Deputado Vinicius Carvalho, que *reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional*.

Compõe-se a proposição de dois artigos, o primeiro dos quais determina o reconhecimento do cristianismo como manifestação cultural nacional, enquanto o art. 2º estabelece a vigência da lei para a data de sua publicação.

O autor ressalta, na justificação, a diversidade cultural e religiosa do país, argumentando que é justo que se considere a importância do cristianismo na formação do Brasil e sua predominância em nossa população como fé religiosa até os dias de hoje para reconhecê-lo como manifestação cultural nacional.

Na Casa de origem, a proposição foi encaminhada, em caráter conclusivo, às Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Cidadania, mas terminou por ser submetida diretamente ao Plenário, onde foi aprovada com emenda.

No Senado Federal, a matéria foi encaminhada à CE, devendo, se aprovada, ser submetida ao Plenário.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CE opinar sobre proposições que versem sobre cultura, conforme o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria é constitucional, adequando-se ao que dispõe o art. 24, inciso IX, da Constituição Federal, que versa sobre a competência da União, em concorrência com os Estados e o DF, para legislar sobre cultura.

Não há óbices relativos a sua juridicidade, sendo empregada a correta técnica legislativa e respeitadas as disposições regimentais.

No mérito, devemos trazer à consideração o § 1º do art. 215 da Constituição Federal, que determina que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, assim como das culturas de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

A proposição quer lembrar que a religião cristã não apenas era adotada por vários dos grupos que participaram de nosso processo civilizatório, como ela mesma foi um dos fatores mais essenciais para modelar nossa sociedade e nossa cultura.

Nas cidades e povoados onde a vida social passou a se adensar, tanto quanto nos rincões mais distantes, o cristianismo sempre esteve presente como um dos principais eixos que concediam unidade a uma sociedade étnica e culturalmente pluralista.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

A mensagem cristã, com seu núcleo divino e sua inegável vocação universalista, é vivida e atualizada pelos diferentes grupos e sociedades, conforme o tecido cultural que os constitui. E no Brasil, decerto, isso não se deu de modo diferente.

Desde o início da colonização e pelos séculos seguintes de nossa história, a fé católica esteve presente, com suas igrejas e capelas, seus santos e festividades, sua arte sacra e sua música, tudo isso recebendo um caráter singular e único, próprio da vivência brasileira e da alma de nossa gente.

Para mencionar um só momento histórico e uma área geográfica, é quando nossa civilização se adentra mais decididamente pelo interior, atraída pelas pedras e metais preciosos, que teremos uma arte que se afasta de modo mais nítido da tradição portuguesa. Ela é conduzida pela inspiração genial do Aleijadinho, do pintor Manuel da Costa Ataíde e de vários outros arquitetos e artistas plásticos, além dos músicos, quase todos de origem modesta, que compõem a trilha do barroco mineiro.

Na arte propriamente popular, o cristianismo finca raízes profundas, abasileirando-se nos pastoris e reisados, assim como nos ternos de reis catarinenses; na festa do divino, em suas diversas manifestações regionais; e em tantos outros eventos de conagração, de fé e alegria.

A partir do século passado, quando as denominações evangélicas passam a se expandir por todas as regiões do país, assistiremos a um outro relevante processo de vivência brasileira dos cultos cristãos, com um papel muito importante concedido à música de louvor. Se, de um lado, os fiéis trazem sua voz e sua experiência de vida aos cultos, eles também levam para seu cotidiano uma prática renovada pela palavra do Evangelho.

Decerto tudo isso não são mais do que pinceladas, que indicam uma presença da religião cristã na vida da população brasileira que é tão ampla e profunda que mal podemos dela nos dar conta.

O caráter profundamente cristão de nossa cultura se expressa, e deve se expressar ainda mais, pelo respeito e pela convivência fraterna com

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

manifestações religiosas de outras origens, com o merecido destaque das religiões afro-brasileiras, elas mesmas marcadas, em diferentes graus, pela influência do cristianismo.

É assim que o reconhecimento das quase onipresentes manifestações do cristianismo na cultura brasileira ajuda a entender melhor o que somos como povo e como nação.

III – VOTO

De acordo com o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.168, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100